



(ECO) TURISMO E TERRITORIALIDADE E SUAS RELAÇÕES DE POBREZA NA GESTÃO DE PÓLOS NO LITORAL NORTE DE SERGIPE, BRASIL

Mary Nadja Lima SANTOS; Fagner dos Santos BOMFIM; Josielma Santos da CRUZ

CEFET-SE, Rua B, 68 – Parque Residencial Aperipê – Ponto Novo – Aracaju/SE. (79) 3259-1884/ 9957-3830,

mary@infor.net.com.br,

CEFET-SE, bsfg19@hotmail.com

CEFET-SE, josi-elma@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os efeitos dos investimentos e programas gerados nos espaços públicos do Pólo Costa dos Coqueirais, localizado no Norte de Sergipe, Brasil; e se essas intervenções nos pólos turísticos vêm contribuindo para redução da pobreza no período de 1994-2006. Para sustentar tal defesa o estudo se vale de duas fases: a primeira trata do levantamento e sistematização de teóricos clássicos e contemporâneos como instrumento de método analítico, com a intenção de compreender e de juntar os fragmentos e contradições do Estado na condução política do turismo. A segunda fase, ainda em andamento e não apresentada nesta proposta é denominada de pesquisa empírica. Para a consecução da mesma serão utilizadas técnicas e instrumentos de observação, roteiros de entrevistas aplicadas às lideranças locais; oficinas co-produzidas com as comunidades locais, na perspectiva de que aqueles que não têm voz possam gerar informações significativas sobre suas condições ou sobre seus possíveis relacionamentos com outros interlocutores (Thiollent, 2005). Fenômenos como a globalização, o enfraquecimento do Estado-Nação, a revalorização do local e, principalmente, o aumento da pobreza, trazem inquietudes de ordem socioeconômica, política das comunidades receptoras do turismo. Espera-se, com esse estudo, subsidiar políticas públicas para a melhoria de vida das populações.

Palavras-chave: (Eco) Turismo e Territorialidade. Pólos Turísticos. Políticas Públicas de Turismo. Norte de Sergipe, Brasil.

1. CARACTERIZANDO O OBJETO DE ANÁLISE

Este estudo faz parte de um projeto mais amplo que está sendo desenvolvido no Programa de Doutorado em Geografia da UFS e aprovado pelo CEFET-SE. Aliar essa pesquisa à formação de alunos que fazem o Curso de Tecnologia em Ecoturismo é a finalidade máxima, uma vez que nos motiva a dividir esses saberes, introduzi-los como pesquisadores e, conseqüentemente, contribuir com a produção científica do país e do Estado de Sergipe. O período escolhido tem por base a análise das políticas públicas responsáveis pelo incremento de empreendimentos turísticos em Sergipe, no período de 1994/2006, com investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em contrapartida com o Estado. Detêm-se principalmente no Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/NE I, no que tange ao incremento da infraestrutura turística e ações que foram realizadas - criação e gestão de pólos de turismo no Estado de Sergipe.

O Estado de Sergipe, encravado entre os rios São Francisco e Real, com área aproximadamente de 21.868 km² representando 0,26% do Brasil e 2,68% do Nordeste. Limita-se ao Norte com o Estado de Alagoas, através do Rio São Francisco e ao Sul e a Oeste com o Estado da Bahia encontrando-se, *a priori*, numa situação geográfica favorável aos investimentos dos órgãos públicos e privados. O **Pólo Costa dos Coqueirais** dispõe de uma faixa litorânea de 163 km de praias pouco exploradas, com águas mornas e limpas; possui uma diversidade cultural - folclore, culinária, artesanato, arquitetura e outras manifestações de lazer e entretenimento. Este se constitui em referência de análise tendo em vista a concentração de investimentos e estratégias de desenvolvimento neste pólo. Insere-se no **litoral Norte**, na porção **central e Sul** do Estado, região do Nordeste do Brasil, formado por 13 municípios litorâneos e faz parte de um programa que objetiva integrar a cadeia produtiva do turismo com os demais elos da economia regional. Foi eleito pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, SE como Pólo prioritário tendo recebido, na sua primeira fase, investimentos na ordem de US\$ 67 milhões. Esses investimentos foram alocados pelo Estado na perspectiva de incremento do turismo e na melhoria das condições de vida da população, que vem consecutivamente aumentando – crescimento de 17,74% no período de 1991-2000, passando de um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH médio de 0,549 em 1991, para 0,647 em 2000. No mesmo período o Estado obteve um crescimento de 14,24% em seu IDH (SERGIPE, 2005).

Essa proposta de pesquisa é auxiliada por alunos que fazem parte do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/CEFET-SE por um período de sete meses e isso acarretou em delimitações da área de estudo como um todo; priorizam-se, em princípio, áreas definidas para o ecoturismo - a porção do **Litoral Norte** de Sergipe que compõe o Pólo Costa dos Coqueirais – municípios de **Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu**, em Sergipe, Brasil. Essas e outras indicações trouxeram para este estudo uma perspectiva de diferenciarmos o turismo convencional para o turismo de inclusão social que envolve não apenas os aspectos econômicos, mas principalmente os sociais e ambientais. Neste sentido, a presente pesquisa carece de aprofundamento e compreensão de conceitos e definições sobre o Estado, o Território, palco onde se dá toda contradição perante uma sociedade parcialmente alheia ao desenvolvimento de seu destino.

Pretende-se, nessa fase preliminar, apresentar parte do referencial teórico que contempla não só o Estado da Arte sobre a temática em curso, mas também dados produzidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu, em Sergipe. A figura 01, a seguir, revela a localização dos mesmos.



Figura 1 - Área de Estudo. Fonte: Sergipe, 2005.

2. O ESTADO DA ARTE

Vive-se atualmente um processo de globalização que privilegia o capital internacional, promovendo o aumento da concentração da renda e das desigualdades sociais. Com isso, urge uma discussão mais profunda sobre as condições de vida das populações tradicionais que são receptoras do turismo e as mais prejudicadas quando não há planejamento participativo. Contribuir de forma consistente para a promoção do desenvolvimento social do país é condição *sin ne qua non* para manter as estruturas sociais e herança cultural dos povos.

Segundo Ab'Sáber (2003), o desenvolvimento de um país será identificado pela capacidade do seu povo, no que se refere à preservação de recursos em nível de exigência e o respeito ao zoneamento de atividades, assim como a própria busca de modelos para uma valorização e renovação correta dos recursos naturais. Então há de se perceber, que é preciso uma nova forma de administrar a atividade turística, já que esta tem o potencial de desenvolver um lugar e aliar isso à inclusão social.

2.1. Os Efeitos dos Investimentos e Programas de Desenvolvimento do Turismo no Mundo, na América Latina, Sergipe, Nordeste do Brasil

Tradicionalmente o setor de serviços não tem sido tratado na mesma medida que os outros setores da economia, desde os primórdios dos economistas pré-clássicos - mercantilistas, fisiocratas e clássicos. Entretanto, nas últimas décadas os serviços são considerados importantes para o pensamento econômico, principalmente para as economias subdesenvolvidas, através de uma maior participação no Produto Interno Bruto-PIB e no emprego. Neste sentido, o turismo, como alternativa de desenvolvimento se insere tardiamente para esses países, quicá, por isso, justifique em parte o processo lento de desenvolvimento desta atividade para os países da América Latina e, particularmente, o Brasil.

Num levantamento feito pela Organização *Travel & Tourism Council*, entidade que congrega o *trade* turístico global, o turismo movimentou cerca de US\$ 4,4 trilhões anualmente e apenas na última década do século XX expandiu suas atividades em 57%. A cifra equivale a 11,2% do PIB Mundial, surgindo setorialmente como a maior atividade econômica do mundo, superando as indústrias de informática, automobilística, petrolífera e de armamentos, dentre outras (SILVA, 1998). Se utilizarmos dados mais recentes fornecidos por Lockwood; Medlik, (2003, p. 64), as previsões continuam indicando um crescimento expressivo do turismo internacional, especialmente no contexto imediato e mais amplo do lazer e viagem. “Não só o novo consumidor disparou, mas também a sociedade como um todo tornou-se mais fragmentada. As fronteiras políticas foram abolidas e substituídas por outras”. Esta última, segundo Figuera (2002), se mostra de maneira brutal, salvo exceções e com diferenças de país a país, no interior dos Estados nacionais. É a rápida desintegração (a rápida desintegração de quê?), principalmente no que se refere ao social, a qual acompanha, em geral, uma perda crescente de legitimidade da parte do Estado, uma vez que ele se encontra menos capacitado para satisfazer as demandas da sociedade civil, posto que a ele compete assumir o custo financeiro da reconversão e o político da abrupta redução dos serviços públicos.

Daí porque as oportunidades trazidas pelas atividades do setor do turismo não foram capazes de gerar uma mudança mais efetiva para os países da América Latina, pois a pobreza segue representando um enorme desafio. Em 2002, 44% da região (221 milhões de habitantes), vivia em condições de pobreza e 97 milhões de habitantes (19,4%) viviam em pobreza extrema ou indigência. (...) Por outra parte verifica-se que a incidência da pobreza e de indigência é mais acentuada nas áreas rurais que em áreas urbanas, representando 38,4% e 61,8% da população, respectivamente. (...) No que diz respeito à distribuição geográfica da população pobre, sem citar aqui a população indigente, quase a metade se concentra não só no Brasil (30%) e México (17%), mas também na Colômbia (10%). Nos países da América Central a população pobre representa em torno de 10% do total regional (CEPAL, 2004).

A região Nordeste do Brasil, apesar de indicadores parcialmente animadores, a exemplo do aumento de esperança de vida ao nascer 41,1/59,8 a.; redução da taxa de mortalidade infantil 166/1000 para 91,7/1000 e redução da taxa de analfabetismo de pessoas a partir dos 5 anos de idade de 65,8% para 42,8%; continua apresentando os piores indicadores sociais após quatro décadas de sucessivos conjuntos de políticas públicas, especialmente quando comparados com o restante do país (Sampaio, 2003). Por outro lado, o desempenho econômico tem apresentado performance significativa nos últimos anos - PIB nacional de 12,4 no período de 1965/70 passa a representar 16,1 do PIB nacional em 1990/1999. Durante as décadas de 70, 80 e 90, a taxa média anual do crescimento do PIB real do Nordeste tem superado a do Brasil, nos respectivos intervalos

decenais. [...]. A composição do produto regional também reforça alterações importantes: participação do setor agropecuário, tradicional vocação nordestina, diminuiu de 30,5% em 1960 para 9,7% em 1999. A indústria saltou de uma participação de 22,1% para 26,0%. O setor de serviços saiu de um patamar de 47,4% para 64,3% no mesmo período (idem).

Segundo Sampaio (2003) não se verificam efeitos significativos sobre a melhoria da qualidade de vida e renda da maioria da população; a pobreza, a miséria e os efeitos nocivos dos constantes períodos de estiagem ainda são características marcantes dessa área do Brasil.

Os dados demonstram e explicam o porquê dos governantes, entidades financeiras, pesquisadores das diferentes áreas colocar o turismo no centro do debate e, principalmente, proporcionar indicativos de desenvolvimento com vistas a minimizar os impactos causados às comunidades receptoras do turismo e tendo como prioridade, segundo eles, os países que estão marcadamente na linha de pobreza e/ou de extrema indigência. Isso não invalida uma preocupação e nem investimentos consideráveis também em países considerados desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental.

Brandão (2003), sinaliza que é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica destes países, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento. Segundo o mesmo autor, “o local pode tudo”, e frente à crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria se mostrar diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência, amenidade, etc, para ter garantida sua inserção na modernidade.

Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade para novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento, a longo prazo, das finanças locais e embotando o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento. O âmbito urbano-regional seria hoje o “marco natural” da atividade econômica. É mais que a empresa, cada vez mais dependente de seus entornos e das sinergias deste (idem).

Essas sinalizações envidam esforços no que se refere aos investimentos voltados para o ecoturismo, segmento de serviços de turismo e viagens. É o segmento que apresenta crescimento de mais de 20% ao ano, resultando no incremento de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos. No Brasil, esse segmento é discutido desde 1985 e no âmbito governamental, a primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época (Amaral, 1997). Contudo, tanto os esforços governamentais como os privados não foram suficientes para ultrapassar as barreiras, até hoje existentes, entre as políticas definidas - principalmente em relação aos modelos nacionais - e à prática do ecoturismo. Pontificam-se entre essas barreiras: a ausência de consenso sobre a conceituação do segmento; a falta de critérios, regulamentações e incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio Governo, no estímulo e na exploração do potencial das belezas naturais e valores culturais, ao mesmo tempo em que promovam a sua conservação. Em consequência, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada quase que exclusivamente pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e comprometendo o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo (Amaral, 1997).

Na visão de Brandão (2003), a ação pública deve promover externalidades positivas; desobstruir entraves microeconômicos e institucionais; regular e, sobretudo, desregular a fim de garantir o marco jurídico e o sistema normativo, atuando sobre as falhas de mercado. Além dessas ações de melhoria do ambiente institucional deve articular parcerias com o setor privado.

Não obstante essas indicações, segundo Neiman (2002), as áreas naturais selvagens vêm sendo eliminadas durante toda a história da humanidade. Esse processo intensificou-se violentamente nos últimos séculos. No entanto, o interesse por elas vem crescendo à medida que suas extensões vêm diminuindo; e não se trata de um fenômeno cultural isolado, pois em todo o mundo encontram-se indivíduos preocupados e ativos em relação ao significado e às consequências do desaparecimento dos recursos naturais.

Segundo Medlik e Lockwood (2003), há carência de estudos do fenômeno turístico, especialmente em níveis comunitários e regionais, nos países em desenvolvimento. As editoras, os editores e os autores da pesquisa

em turismo são, na sua maioria, de países desenvolvidos, embora tenha ocorrido um aumento significativo no número de estudos publicados sobre o turismo em países menos desenvolvidos.

O turismo como vetor de desenvolvimento regional representa, nesse contexto, um novo momento do planejamento governamental para o Nordeste calcado, sobretudo, na chamada potencialidade natural da região para a atividade, considerando-se a extensão de sua costa 3.300 km, aproximadamente. Estes recursos se constituem, conforme Sanches *apud* Cruz (2000, 29), “num recurso relativamente escasso, do ponto de vista do uso turístico, já que se encontram desigualmente repartidos pela superfície terrestre, tanto por razões climáticas e geomorfológicas, como por razões sociais, históricas e culturais”.

Essa preocupação vem sendo indicada para Sergipe desde 1998, com estudo sobre o *Litoral Sul de Sergipe: proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável*, por Wanderley (2003). Esta contribuição possibilita aprofundar a proposta, através da problemática: gestão da ocupação turística *versus* ordenamento territorial do espaço. Vieira e Nascimento (2003) tratam sobre *Turismo Sustentável no Litoral Sul de Sergipe* que aponta a apropriação dos bens natural e cultural, em forma de exploração sem cuidados e fez surgir sérios impactos que passaram a colocar em risco a preservação dos recursos e sobrevivência de comunidades. Esta escolha também se constitui em elos já pesquisados na Dissertação de Mestrado e outros estudos contidos em Santos (1999; 2003), no Plano de Desenvolvimento Local e Sustentável instalado em Brejo Grande/SE (2002) e por acompanhar, em sua fase embrionária, o processo de organização e elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS em 2002/2005, com a articulação dos vários segmentos da sociedade.

2.2 Desenvolvimento e Atividade Turística: Investimentos e Incentivos

O desenvolvimento do turismo está freqüentemente associado à esfera da economia, com escassez de estudos na linha do turismo responsável. O turismo não pode ser encarado apenas como vocação econômica para o desenvolvimento de certas regiões, como é o caso do Nordeste brasileiro. As repercussões sociais que o seu desenvolvimento pode gerar são demais importantes para os gestores públicos e privados e que estes não estejam ausentes desta discussão. É necessário uma reflexão crítica sobre financiamento e apoio a projetos turísticos, bem como a fiscalização, normalização, controle e repressão de atos que impliquem danos ao ecossistema, seja em sua dimensão econômica, ambiental ou sociocultural.

Entende-se por desenvolvimento um processo de produção de riqueza que inclua partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. Esse tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra uma revolução de idéias e práticas sociais que passam a orientar as pessoas e as organizações para a produção e consumo partilhados (Coriolano, 2003, p.14).

Os países desenvolvidos definem, determinam padrões de desenvolvimento especialmente para os países ditos subdesenvolvidos e em estado de subjugação e discriminação. Esta idéia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo e prevalece na época atual. Apesar dessa constatação o homem, nesse novo contexto, é visto como fator de transformação tanto no campo social quanto no campo ecológico em que está inserido.

Segundo a mesma autora, o desenvolvimento e o turismo ocorrem em escalas globais e locais. Há que se identificar as tônicas e abordagens dadas ao processo de desenvolvimento e ao desenvolvimento do turismo nos diversos lugares, porque elas podem vir associadas aos grandes grupos econômicos e ao capital ou virem associadas ao capital local privilegiando o lugar, os residentes e a cultura local. O desenvolvimento implica mudanças sociais, culturais e econômicas; mudanças, sobretudo, qualitativas.

Nessa linha de raciocínio o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e outros investidores, a exemplo dos governos federal e estadual, têm a finalidade de fomentar o desenvolvimento do turismo não só no Nordeste, mas também no Norte do país. E surtiu efeitos importantes para os Estados do Norte e Nordeste, sendo ampliado para o Sul do País nessa nova etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/SUL.

O BID, fundado em 1959, como instituição de desenvolvimento regional, libera recursos para os projetos destinados: (i) **ao Sistema de Certificação para o Turismo Sustentável** que objetiva, através deste

programa, a melhoria da qualidade e competitividade de pequenas e médias empresas (PMEs) de Turismo no Brasil, trazendo com isso padronização internacional de serviços, destacando os principais componentes: adaptação ao sistema de padrões e certificados, treinamento para a implementação desse sistema, assistência técnica para as pequenas e médias empresas; (ii) **à construção da Estrada Real** – Rede de Turismo SMEs em Minas Gerais, que visa desenvolver um sistema de registro de produtos/serviços para turistas baseado em qualidade e elementos diferenciais, além de criação e lançamento junto com promoção de Sistema de Comercialização nas Empresas - SMEs localizadas ao longo da Estrada Real em Minas Gerais; (iii) **ao programa de pré-investimento do ecoturismo sustentável em nove estados da Região Amazônica** – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Esses investimentos públicos e serviços de consultoria técnica têm como objetivo implementar serviços destinados ao ecoturismo, treinamentos, educação ambiental e conscientização acerca de oportunidades e negócios atrelados à atividade sustentável do turismo; (iv) Investimentos destinados ao **Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil** -PRODETUR SUL, propõem-se aumentar a renda do turismo em benefício das comunidades locais, para melhorar a disponibilidade e qualidade dos serviços municipais (urbanos e não-urbanos) à população residente e contribuir positivamente para a balança de pagamentos das contas de viagens, objetivando principalmente, aumentar o fluxo de turistas ao Sul do Brasil (Furtado, 2006).

As políticas de turismo no Estado de Sergipe estão imbricadas junto ao Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE II, que visa dar continuidade ao processo de desenvolvimento do setor nessa região. No entanto, essa ação ainda não foi deflagrada, pois depende de liberação de recursos externos. A atuação e ações das políticas públicas de turismo em nível regional se limitam ao PRODETUR/NE I, no que tange ao incremento da infra-estrutura turística e ações que foram realizadas - criação e gestão de pólos de turismo no Estado de Sergipe.

Assim, a estratégia de desenvolvimento para o Estado de Sergipe foi centrada juntamente com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS, buscando a adoção de um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões. Mas, percebe-se que estas estratégias propostas pelo PRODETUR/NE ainda não atingiram os resultados esperados. Pode-se verificar essa situação nas más condições em que se encontram algumas estradas de acesso ao litoral Norte do Estado. Além disso, é visível a falta de infra-estrutura para atender a comunidade e os turistas em alguns municípios do mesmo, a exemplo de Pacatuba-SE.

Essas ações provocam duas preocupações. Se de um lado há um propósito de minimizar a pobreza, investindo em países pobres, por outro lado os objetivos do BID estão sinalizados também em projetos que atendem áreas de interesses da economia mundial. De que modo, então, essas práticas serão utilizadas fielmente para o que se destina? Inquietações como essas que dizem respeito a um possível desenvolvimento sustentável, porém silenciado por instituições financeiras como – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização Mundial do Comércio (OMC); ou pela substituição do poder (governos autoritários) manobrando com políticas neoliberais, excludentes, exploradoras e populistas que tornam o Estado enfraquecido no seu soberano poder pátrio.

Do ponto de vista de Said (2006), membro da coordenação executiva da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, essas questões só seriam mitigadas “... desde que reconstruídas as instituições públicas e refeita a nossa história, a partir do enfrentamento da hegemonia norte-americana”. Seria importante que a população brasileira se colocasse como sujeito político, rompendo, como diz César Benjamim citado pela mesma autora, “com as estruturas internas que perpetuam as desigualdades e as externas que perpetuam a dependência”.

Segundo ela, as interferências dessas instituições no país são de toda ordem, desde a assistência econômica à assistência política, técnica, social e ambiental, determinando quais devem ser as nossas políticas públicas. Porém, os caminhos trilhados com base nesses financiamentos e embasados nas crises enfrentadas por esses órgãos financiadores - BM, BID e FMI, tanto no campo da legitimidade como das finanças e da confiança no que diz respeito aos seus paradigmas de políticas aplicadas, mostram-se como uma oportunidade histórica para que a sociedade civil promova uma estratégia de desempoderamento dessas instituições. Percebe-se, então, que as causas inerentes aos investimentos do BID têm significado um aumento, cada vez maior, da dívida pública do Estado brasileiro. Essas se encontram nas questões levantadas pelo Movimento Sem Terra – MST, através do endividamento dos agricultores familiares enganados pela chamada Reforma Agrária de

Mercado; através da Cédula da Terra e do Crédito Fundiário, além da ausência de terra e crédito para produzir. Somando-se a isso tudo ainda temos o aumento do preço da energia, a interferência de corporações internacionais e a ausência de políticas de proteção social para as famílias atingidas pelas barragens.

3. DESENHO DA PESQUISA

Conforme anunciado anteriormente, este estudo consiste de uma análise teórica e empírica acerca das decisões das políticas públicas do Estado na área de turismo, especialmente no tocante aos investimentos do BID e Banco Mundial *versus* uso do território para instalação de pólos de desenvolvimento. Dentre outros desdobramentos, o estudo poderá subsidiar uma avaliação mais aprofundada de ordenação territorial de pólos turísticos, conduzidos pelo Governo do Estado de Sergipe.

A proposta da presente pesquisa implica nas seguintes fases: (i) um **trabalho teórico conceitual** que sistematiza conceitos e indicadores e conclui com a formação de um **modelo metodológico**; (ii) Uma **investigação evolutiva de material bibliográfico**, com ênfase em dados de Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desigualdade Social e de avaliação dos trabalhos das instituições públicas responsáveis pelo incremento do setor turístico em Sergipe, no período de 1994/2006; (iii) **classificação e análise dos arranjos produtivos** locais; (iv) uma análise da participação da comunidade nas decisões políticas voltadas para a instalação dos empreendimentos turísticos; (v) Sistematização final do tipo **descritivo** que possibilita chegar a um conjunto de **conclusões e recomendações** para ser publicado em forma de artigo no II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica – CONNEPI 2007, além de divulgação na semana interna de pesquisa e extensão do CEFET-SE e UFS. Porém, para efeito deste trabalho se atém a apresentar o primeiro item, enquanto resultado parcial, lembrando que a investigação do referencial teórico está posta no segundo item desse artigo.

4. INTERPRETAÇÃO PARCIAL DOS DADOS: ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, é através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, que se pode medir a qualidade de vida da população dos municípios do Estado referente à educação, esperança de vida e renda. Seguem abaixo as tabelas e os gráficos do IDH-M dos municípios do litoral Norte de Sergipe em estudo: Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu.

Tabela 1 – IDH – Brejo Grande/SE

	1991	2000
IDH-Educação	0,499	0,667
IDH-Longevidade	0,504	0,526
IDH-Renda	0,445	0,456
IDH-Municipal	0,483	0,55

Gráfico 1 – Demonstrativo do IDH de Brejo Grande

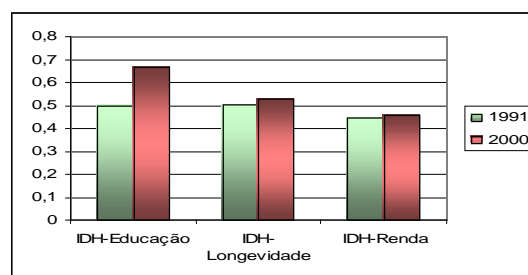
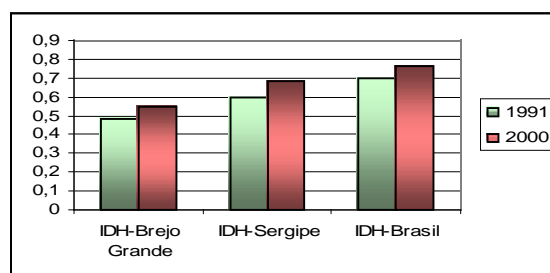


Tabela 2 – IDH – Brejo Grande/Sergipe/Brasil

	1991	2000
IDH-Brejo Grande	0,483	0,55
IDH-Sergipe	0,597	0,682
IDH-Brasil	0,696	0,766

Gráfico 2 – Demonstrativo do IDH de Brejo Grande/SE/Brasil



Fonte: PNUD/IBGE - Adaptado do ADHB, 2000.

Percebe-se um aumento no IDH referente à educação de 16,8% entre os anos de 1991 e 2000 do município de Brejo Grande. Já a respeito da longevidade, houve um aumento de 2,2% entre esses mesmos anos. E na renda o aumento foi menor, apenas 1,1%. Considerando os dados técnicos divulgados pelo PNUD/IBGE tanto dos municípios, quanto em relação a Sergipe e ao Brasil houve um aumento de 8,5% / 7 % no Índice de Desenvolvimento Humano, respectivamente entre os períodos já citados. Nessa mesma série o município apresentou um crescimento interno de 6,7% no IDH-M e comparativamente ao Estado de Sergipe, o município de Brejo Grande apresentou um déficit de -0,26%, já em relação ao Brasil o mesmo apresenta um índice de 2,41% entre esses mesmos anos.

Tabela 3 – IDH – Pacatuba/SE

	1991	2000
IDH-Educação	0,493	0,667
IDH-Longevidade	0,55	0,646
IDH-Renda	0,428	0,438
IDH-Municipal	0,49	0,584

Gráfico 3 – Demonstrativo do IDH de Pacatuba

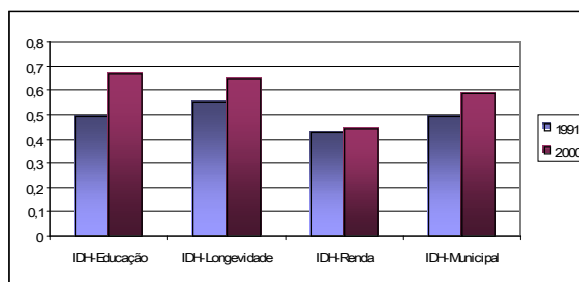
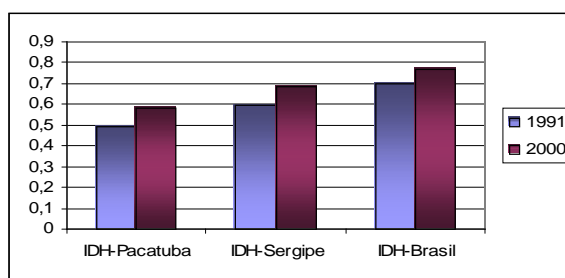


Tabela 4 – IDH – Pacatuba/Sergipe/Brasil

	1991	2000
IDH-Pacatuba	0,49	0,584
IDH-Sergipe	0,597	0,682
IDH-Brasil	0,696	0,766

Gráfico 4 – Demonstrativo do IDH de Pacatuba/SE/Brasil



Fonte: PNUD/IBGE - Adaptado do ADHB, 2000.

Percebe-se que houve um aumento de 17,4% no Índice de Desenvolvimento Humano referente à educação no município de Pacatuba. Com relação à longevidade houve um aumento de 9,6% e, na renda, um pequeno aumento de 1%. Considerando o período de 1991/2000, o município apresentou um crescimento interno de 9,4% no IDH-M e comparativamente ao Estado de Sergipe, Pacatuba/SE apresentou um aumento de 3,56 %, já em relação ao Brasil o mesmo apresenta um índice de 5,84% entre esses mesmos anos.

Tabela 5 – IDH – Pirambu/SE

	1991	2000
IDH-Educação	0,604	0,755
IDH-Longevidade	0,585	0,646
IDH-Renda	0,484	0,554
IDH-Municipal	0,558	0,652

Gráfico 5 – Demonstrativo do IDH de Pirambu

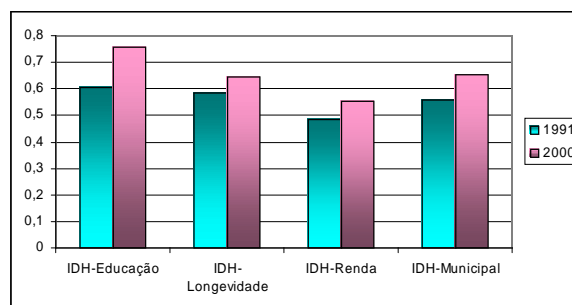
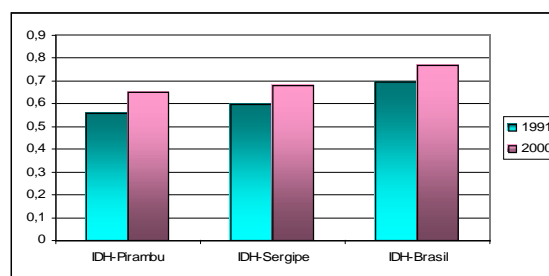


Tabela 5 – IDH – Pirambu/Sergipe/Brasil

	1991	2000
IDH-Pirambu	0,558	0,652
IDH-Sergipe	0,597	0,682
IDH-Brasil	0,696	0,766

Gráfico 5 – Demonstrativo do IDH de Pirambu/SE/Brasil

Fonte: PNUD/IBGE - Adaptado do ADHB, 2000.

Percebe-se que houve um aumento de 15,1% no Índice de Desenvolvimento Humano referente à educação no município de Pirambu. Com relação à longevidade houve um aumento de 6,1%. Já na renda, houve um aumento de 7%. Todos esses dados são referentes aos anos de 1991 e 2000. Nessa série o município apresentou um crescimento interno também de 9,4% no IDH-M em relação ao município de Pacatuba/SE e comparativamente ao Estado de Sergipe, este apresentou um percentual maior que corresponde 2,14 %, já em relação ao Brasil o mesmo apresenta um índice de 4,94% entre esses mesmos anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura contribui, inicialmente, com o aprofundamento das questões propostas no projeto; esta, por sua vez, será confrontada na pesquisa de campo, principalmente ouvindo os atores sociais que estão na linha da pobreza, empresários e gestores públicos para redesenhar e verificar em que efetivamente esses investimentos têm contribuído: para o desenvolvimento local ou é mais um engodo a essas populações tradicionais?

O debate teórico aqui desenvolvido – numa esfera econômica, política e social - em conjunto com o turismo, possibilita apresentar algumas reflexões suscitadas através da configuração preliminar deste estudo, são elas:

1º. Entender que o discurso do desenvolvimento muitas vezes não condiz com os anseios do local, uma vez que o Estado enquanto formulador de políticas de desenvolvimento, sobretudo territoriais, reduz o seu papel no contexto da mundialização do capital e, que o mesmo desenvolvimento que promove crescimento também pode representar barreiras econômicas, sociais e culturais para essas populações.

2º. Os investimentos e incentivos destinados pelas Instituições Financeiras Multilaterais FMI, BIRD e, especialmente o BID na alocação de recursos no Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR-NE, trazem consigo propostas de desenvolvimento, embora se perceba que o Estado com essa transação perca parte do poder de negociação e decisão interna desses investimentos e, conseqüentemente, as comunidades receptoras não são beneficiadas efetivamente. Embora existam estes investimentos para o fomento e estruturação da atividade turística, os municípios de Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu, em Sergipe ainda não apresentam uma melhoria significativa na qualidade de vidas dos atores sociais, bem como no combate a pobreza existente nas populações ribeirinhas desses municípios.

4º. Sinalizar o turismo como um vetor para o desenvolvimento regional e local, representa nesse cenário um novo pensar sobre as esferas das políticas públicas, em que envolva o bem-estar das populações autóctones e dos visitantes, formando assim caminhos para uma sustentabilidade econômica e social.

Assim, sinalizar se o efeito multiplicador da atividade turística representa ou não uma excelente alternativa para o crescimento e desenvolvimento local e/ou regional de maneira a preservar a identidade local e resguardar os patrimônios – naturais e culturais – e dinamizar a economia desses municípios envolvidos no programa de desenvolvimento do turismo é uma prerrogativa deste estudo. Some-se a isso o anseio de mensurar e questionar as estratégias desenvolvidas pelos agentes locais, além de seu grau de envolvimento com a população flutuante e o respeito e inserção da população fixa na questão inerente a estratégias de gestão participativa, tanto na esfera turística, quanto na sócio-produtiva.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Potencialidades paisagísticas brasileiras. In: *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 9 – 25 p.
- AMARAL, C. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Aracaju/SE, 1997, 2-28 p. (Apostila do Curso de Pós-Graduação em Gerenciamento de Empresa de Turismo).
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. Tese de Livre-Docência apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Setembro 2003.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. Pobreza y distribución del ingreso. In: *Panorama social da América Latina*. Capítulo 1, 2004.
- CORIOLOANO, Luiza N. M. T. *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- CRUZ Rita de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FICHERA, Delfina T. *Estado e território: suas relações e a globalização*. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- FURTADO, Fabrina (org.). *Banco Interamericano de Desenvolvimento*. Tradução de Fabrina Furtado e Shadia Fazar. Disponível em <<http://www.iadb.org>> Acesso em mar., 2006.
- LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. (org.). *Turismo e hospitalidade no século XXI*. Tradução de Eliana Keeling, John Keeling. Berueri, SP: Manole, 2003.
- NEIMAN, Z. Reflexos da modernidade. In: _____. (org.) *Meio ambiente, educação e ecoturismo*. São Paulo: Manole, 2002.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO - PRODETUR/NE. Ajuda memória: Missão de Identificação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. (S.I.), 2001.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2000. Brasília (*Coleção Desenvolvimento Humano*). Disponível em : <http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp> Acesso em ago., 2007.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SAID, Magnólia A. *Visões e impressões sobre a manifestação Anti-BID*. Disponível em <<http://www.rbrasil.org.br>> Fortaleza, abril de 2006.
- _____. *As Instituições Financeiras Multilaterais: a ilegitimidade da dívida externa - Quem deve a quem?* Disponível em <<http://www.rbrasil.org.br>> Fortaleza, abril de 2006.
- SAMPAIO, Elias de O. *Regulação econômica e políticas públicas: uma contribuição teórica para releitura das políticas de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil*. Salvador: UFBA. 323 fl., 2003. Tese de Doutorado. (Escola de Administração).
- CASTROGIOVANNI Antônio C. (orgs.). *Turismo na Pós-modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SERGIPE, Revisão do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDTIS. Aracaju: Ministério do Turismo; Banco do Nordeste; Governo de Sergipe, 2005. CD-ROOM.
- SILVA, S. B. De M. e. Atração Global, estratégias locais e turismo. In: Luzia Neide M. T. Coriolano (org.). *Turismo com ética*. 2. ed. Fortaleza, 1998.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- WANDERLEY, Lílian de L. A cartografia ambiental das potencialidades e limitações à ocupação turística e de veraneio na APA Litoral Sul de Sergipe. In: *Organização e dinâmica do espaço agrário e regional*. Aracaju: NPGeo/UFS, 2003.
- VIEIRA, Lício V. L.; Nascimento, Rosivaldo A. do. Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe: a percepção das comunidades e dos visitantes. In: CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; LIMA, Luiz C. (orgs.) *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003. pp. 284-293.
- SANTOS, Mary N. L. Análise do potencial turístico da região de Xingo. Aracaju (Se): UFS. 238 fl., 1999. Dissertação de Mestrado. (Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente).
- _____. Singularidades dos atrativos da região de Xingo: uma proposta metodológica. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI Antônio C. (orgs.). *Turismo na Pós-modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.